



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 112\$00

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que correspondem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 46/86:

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Portaria n.º 600/86:

Estabelece a constituição do mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 346/86:

Torna extensivo à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da Pauta dos Direitos de Importação o regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março.

Ministério da Educação e Cultura:

Portaria n.º 601/86:

Autoriza o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e o diploma do curso de professores do ensino básico nas variantes de Português e Francês, Português e Inglês, Matemática e Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical e Trabalhos Manuais e aprova os respectivos planos de estudos.

Portaria n.º 602/86:

Autoriza a Escola Superior de Educação de Vila Real a conferir os graus de bacharel em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário e aprova os respectivos planos de estudos.

Declarações:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 221 551 contos. De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 359 013 contos.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamações de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 165, de 21 de Julho de 1986, inserindo o seguinte:

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Portaria n.º 374-A/86:

Aplica a legislação comunitária relativa ao sector do tabaco em rama na campanha de 1986-1987.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 46/86

de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo

A Assembleia da Repúblia decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e da alínea e) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

CAPÍTULO I

Âmbito e princípios

Artigo 1.º

(Âmbito e definição)

1 — A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.

2 — O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

3 — O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português — continente e regiões autónomas —, mas deve ter uma expressão

suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.

5 — A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.

Artigo 2.º

(Princípios gerais)

1 — Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 — É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

3 — No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

- a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) O ensino público não será confessional;
- c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5 — A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Artigo 3.º

(Princípios organizativos)

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

CAPÍTULO II

Organização do sistema educativo

Artigo 4.º

(Organização geral do sistema educativo)

1 — O sistema educativo comprehende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

2 — A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

3 — A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.

4 — A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

SECÇÃO I

Educação pré-escolar

Artigo 5.º

(Educação pré-escolar)

1 — São objectivos da educação pré-escolar:

- a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
- c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;
- g) Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

2 — A prossecução dos objectivos enunciados far-se-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.

3 — A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

4 — Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.

5 — A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

6 — O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvenzionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

SECÇÃO II

Educação escolar

SUBSECÇÃO I

Ensino básico

Artigo 6.º

(Universalidade)

1 — O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.

2 — Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro.

3 — As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.

4 — A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.

5 — A gratuitidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Artigo 7.º

(Objectivos)

São objectivos do ensino básico:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos cívicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Artigo 8.º

(Organização)

1 — O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:

- a) No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- b) No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
- c) No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

2 — A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo

anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3 — Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

- a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;
- b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
- c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.

4 — Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

SUBSECÇÃO II

Ensino secundário

Artigo 9.º

(Objectivos)

O ensino secundário tem por objectivos:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Artigo 10.º

(Organização)

1 — Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completem com aproveitamento o ensino básico.

2 — Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.

3 — O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 — É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 — No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

7 — Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

SUBSECÇÃO III

Ensino superior

Artigo 11.º

(Âmbito e objectivos)

1 — O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

2 — São objectivos do ensino superior:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

3 — O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 — O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Artigo 12.º

(Acesso)

i — Têm acesso ao ensino superior:

- a) Os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente, que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência;
- b) Os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência.

2 — A prova ou provas de capacidade referidas no número anterior são de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.

3 — O acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País, podendo ainda ser condicionado pela necessidade de garantir a qualidade do ensino.

4 — O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

Artigo 13.º

(Graus e diplomas)

1 — No ensino superior são conferidos os seguintes graus:

- a) Bacharel;
- b) Licenciado;
- c) Mestre;
- d) Doutor.

2 — No ensino superior podem ainda ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

3 — No ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor e são atribuídos outros certificados e diplomas, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º

4 — No ensino politécnico é conferido o grau de bacharel e são atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

5 — Têm acesso aos cursos de estudos superiores especializados os indivíduos habilitados com o grau de bacharel ou licenciado.

6 — O diploma de estudos superiores especializados é equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos.

7 — Os cursos de estudos superiores especializados do ensino politécnico que formem um conjunto coerente com um curso de bacharelato precedente podem conduzir à obtenção do grau de licenciado.

8 — O ensino universitário e o ensino politécnico são articulados entre si pelo reconhecimento mútuo do valor da formação e competências adquiridas em cada unidade e ainda através de um sistema de créditos baseado na análise dos planos de estudo.

9 — A duração dos cursos superiores que conferem graus deve ser regulamentada de forma a garantir o nível científico da formação adquirida.

Artigo 14.º

(Estabelecimentos)

1 — O ensino universitário realiza-se em universidades e em escolas universitárias não integradas.

2 — O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros.

3 — As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4 — As escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas.

Artigo 15.º

(Investigação científica)

1 — O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 — Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

3 — A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspectivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4 — Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5 — Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade.

SUBSECÇÃO IV

Modalidades especiais de educação escolar

Artigo 16.º

(Modalidades)

1 — Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) A educação especial;
- b) A formação profissional;
- c) O ensino recorrente de adultos;
- d) O ensino a distância;
- e) O ensino português no estrangeiro.

2 — Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

Artigo 17.º

(Âmbito e objectivos da educação especial)

1 — A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.

2 — A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.

3 — No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:

- a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;

- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Artigo 18.º

(Organização da educação especial)

1 — A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.

2 — A educação especial processar-se-á também em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

3 — São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.

4 — A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.

5 — Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.

6 — As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Artigo 19.º

(Formação profissional)

1 — A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

2 — Têm acesso à formação profissional:

- a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
- b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
- c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.

3 — A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados.

4 — A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver acções de:

- a) Iniciação profissional;
- b) Qualificação profissional;
- c) Aperfeiçoamento profissional;
- d) Reconversão profissional.

5 — A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.

6 — O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:

- a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário;
- b) Protocolos com empresas e autarquias;
- c) Apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais;
- d) Dinamização de acções comunitárias e de serviços à comunidade;
- e) Criação de instituições específicas.

7 — A conclusão com aproveitamento de um módulo ou curso de formação profissional confere direito à atribuição da correspondente certificação.

8 — Serão estabelecidos processos que favoreçam a recorrência e a progressão no sistema de educação escolar dos que completarem cursos de formação profissional.

Artigo 20.º

(Ensino recorrente de adultos)

1 — Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.

2 — Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.

3 — Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos:

- a) Ao nível do ensino básico, a partir dos 15 anos;
- b) Ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

4 — Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudos organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.

5 — A formação profissional referida no artigo anterior pode ser também organizada de forma recorrente.

Artigo 21.º**(Ensino a distância)**

1 — O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimedia* e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular, mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar.

2 — O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de professores.

3 — Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.

Artigo 22.º**(Ensino português no estrangeiro)**

1 — O Estado promoverá a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e a manutenção de leitorados de português, sob orientação de professores portugueses, em universidades estrangeiras.

2 — Será incentivada a criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das comunidades de emigrantes portugueses.

3 — O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementariedade relativamente aos respectivos sistemas educativos.

4 — Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo.

SECÇÃO III**Educação extra-escolar****Artigo 23.º****(Educação extra-escolar)**

1 — A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

2 — A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.

3 — São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;
- b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;
- c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

- d) Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;
- e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea;
- f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

4 — As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

5 — Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.

6 — O Estado, para além de atender à dimensão educativa da programação televisiva e radiofónica em geral, assegura a existência e funcionamento da rádio e da televisão educativas, numa perspectiva de pluralidade de programas, cobrindo tempos diários de emissão suficientemente alargados e em horários diversificados.

CAPÍTULO III**Apoios e complementos educativos****Artigo 24.º****(Promoção do sucesso escolar)**

1 — São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

2 — Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Artigo 25.º**(Apoios a alunos com necessidades escolares específicas)**

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

Artigo 26.º**(Apóio psicológico e orientação escolar e profissional)**

O apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Artigo 27.º**(Ação social escolar)**

1 — São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 — Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

Artigo 28.º**(Apelo de saúde escolar)**

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

Artigo 29.º**(Apelo a trabalhadores-estudantes)**

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

CAPÍTULO IV**Recursos humanos****Artigo 30.º****(Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores)**

1 — A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

- a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicos e pedagógicos de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
- b) Formação contínua que complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
- c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
- d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;

- e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
- f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
- g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.

2 — A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 31.º**(Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário)**

1 — Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação, de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos:

- a) A formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação;
- b) A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação;
- c) A formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário realiza-se em universidades.

2 — A formação dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário adquire-se em cursos profissionais adequados, que se ministram em escolas superiores, complementados por uma formação pedagógica.

3 — Podem também adquirir qualificação profissional para professores do 3.º ciclo do ensino básico e para professores do ensino secundário os licenciados que, tendo as habilitações científicas requeridas para o acesso à profissionalização no ensino, obtenham a necessária formação pedagógica em curso adequado.

4 — Os cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de professores do ensino secundário serão cursos de licenciatura.

5 — Os cursos de licenciatura para formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico realizados nas escolas superiores de educação organizam-se nos termos do n.º 7 do artigo 13.º

6 — As escolas superiores de educação e as instituições universitárias podem celebrar convénios entre si para a formação de educadores e professores.

Artigo 32.º

(Qualificação para professor do ensino superior)

1 — Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.

2 — Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

Artigo 33.º

(Qualificação para outras funções educativas)

1 — Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em escolas superiores que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2 — Nas instituições de formação referidas no n.º 1 do artigo 31.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

3 — São qualificados para o exercício das actividades de apoio educativo os indivíduos habilitados com formação superior adequada.

Artigo 34.º

(Pessoal auxiliar de educação)

O pessoal auxiliar de educação deve possuir como habilitação mínima o ensino básico ou equivalente, devendo ser-lhe proporcionada uma formação complementar adequada.

Artigo 35.º

(Formação contínua)

1 — A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

2 — A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

3 — A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.

4 — Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 36.º

(Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação)

1 — Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.

2 — A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

3 — Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

CAPÍTULO V

Recursos materiais

Artigo 37.º

(Rede escolar)

1 — Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2 — O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Artigo 38.º

(Regionalização)

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

Artigo 39.º

(Edifícios escolares)

1 — Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e métodos educativos.

2 — A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.

3 — A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma

a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.

4 — Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.

5 — A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.

Artigo 40.º

(Estabelecimentos de educação e de ensino)

1 — A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.

2 — O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.

3 — O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras acções de ensino e formação.

4 — A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.

5 — O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser afi realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3.º

6 — As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente, em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.

7 — A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 41.º

(Recursos educativos)

1 — Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.

2 — São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:

- a) Os manuais escolares;
- b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
- c) Os equipamentos laboratoriais e oficiais;
- d) Os equipamentos para educação física e desportos;
- e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
- f) Os centros regionais de recursos educativos.

3 — Para o apoio e complementariedade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

Artigo 42.º

(Financiamento da educação)

1 — A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.

2 — As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

CAPÍTULO VI

Administração do sistema educativo

Artigo 43.º

(Princípios gerais)

1 — A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democracia e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.

2 — O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

3 — Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

Artigo 44.º

(Níveis de administração)

1 — Leis especiais regulamentarão a delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central, designadamente, as funções de:

- a) Concepção, planeamento e definição normativa do sistema educativo, com vista a assegurar o seu sentido de unidade e de adequação aos objectivos de âmbito nacional;
- b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas da política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada;

- c) Inspecção e tutela, em geral, com vista, designadamente, a garantir a necessária qualidade do ensino;
- d) Definição dos critérios gerais de implantação da rede escolar, da tipologia das escolas e seu apetrechamento, bem como das normas pedagógicas a que deve obedecer a construção de edifícios escolares;
- e) Garantia da qualidade pedagógica e técnica dos vários meios didácticos, incluindo os manuais escolares.

2 — A nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.

Artigo 45.º

(Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino)

1 — O funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, nos diferentes níveis, orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária, sendo, nesse sentido, favorecida a fixação local dos respectivos docentes.

2 — Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino.

3 — Na administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.

4 — A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutra caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.

5 — A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.

6 — A direcção de todos os estabelecimentos de ensino superior orienta-se pelos princípios de democraticidade e representatividade e de participação comunitária.

7 — Os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa.

8 — As universidades gozam ainda de autonomia financeira, sem prejuízo da acção fiscalizadora do Estado.

9 — A autonomia dos estabelecimentos de ensino superior será compatibilizada com a inserção destes no desenvolvimento da região e do País.

Artigo 46.º

(Conselho Nacional de Educação)

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das compe-

tências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

CAPÍTULO VII

Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

Artigo 47.º

(Desenvolvimento curricular)

1 — A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

2 — Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

3 — Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas do Estado e da não confessionalidade do ensino público.

4 — Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

5 — Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

6 — Os planos curriculares do ensino superior respeitam a cada uma das instituições de ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado da respectiva rede.

7 — O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 48.º

(Ocupação dos tempos livres e desporto escolar)

1 — As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2 — Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e

cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

3 — As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.

4 — As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

5 — O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Artigo 49.º

(Avaliação do sistema educativo)

1 — O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.

2 — Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

Artigo 50.º

(Investigação em educação)

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

Artigo 51.º

(Estatísticas da educação)

1 — As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.

2 — Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

Artigo 52.º

(Estruturas de apoio)

1 — O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 — Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

Artigo 53.º

(Inspecção escolar)

A inspecção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

CAPÍTULO VIII

Ensino particular e cooperativo

Artigo 54.º

(Especificidade)

1 — É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.

2 — O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

Artigo 55.º

(Articulação com a rede escolar)

1 — Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.

2 — No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

Artigo 56.º

(Funcionamento de estabelecimentos e cursos)

1 — As instituições de ensino particular e cooperativo podem, no exercício da liberdade de ensinar e aprender, seguir os planos curriculares e conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, salvaguardadas as disposições constantes do n.º 1 do artigo anterior.

2 — Quando o ensino particular e cooperativo adoptar planos e programas próprios, o seu reconhecimento oficial é concedido caso a caso, mediante avaliação positiva resultante da análise dos respectivos currículos e das condições pedagógicas da realização do ensino, segundo normas a estabelecer por decreto-lei.

3 — A autorização para a criação e funcionamento de instituições e cursos de ensino superior particular e cooperativo, bem como a aprovação dos respectivos planos de estudos e o reconhecimento oficial dos correspondentes diplomas, faz-se, caso a caso, por decreto-lei.

Artigo 57.º**(Pessoal docente)**

1 — A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.

2 — O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na rede escolar.

Artigo 58.º**(Intervenção do Estado)**

1 — O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tecnicamente o ensino particular e cooperativo.

2 — O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

CAPÍTULO IX**Disposições finais e transitórias****Artigo 59.º****(Desenvolvimento da lei)**

1 — O Governo fará publicar no prazo de um ano, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:

- a) Gratuidade da escolaridade obrigatória;
- b) Formação de pessoal docente;
- c) Carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação;
- d) Administração e gestão escolares;
- e) Planos curriculares dos ensinos básico e secundário;
- f) Formação profissional;
- g) Ensino recorrente de adultos;
- h) Ensino a distância;
- i) Ensino português no estrangeiro;
- j) Apoios e complementos educativos;
- l) Ensino particular e cooperativo;
- m) Educação física e desporto escolar;
- n) Educação artística.

2 — Quando as matérias referidas no número anterior já constarem de lei da Assembleia da República, deverá o Governo, em igual prazo, apresentar as necessárias propostas de lei.

3 — O Conselho Nacional de Educação deve acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na presente lei.

Artigo 60.º**(Plano de desenvolvimento do sistema educativo)**

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da Repú-

blica, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

Artigo 61.º**(Regime de transição)**

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docente ser afectados nos direitos adquiridos.

Artigo 62.º**(Disposições transitórias)**

1 — Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habitação profissional.

2 — Será organizado um sistema de profissionalização em exercício para os docentes devidamente habilitados actualmente em exercício ou que venham a ingressar no ensino, de modo a garantir-lhes uma formação profissional equivalente à ministrada nas instituições de formação inicial para os respectivos níveis de ensino.

3 — Na determinação dos contingentes a estabelecer para os cursos de formação inicial de professores a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no termo de um período transitório de cinco anos.

4 — Enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no n.º 2 do artigo 44.º serão definidos por decreto-lei, a publicar no prazo de um ano.

5 — O Governo elaborará um plano de emergência de construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, no sentido de serem satisfeitas as necessidades da rede escolar, com prioridade para o ensino básico.

6 — No 1.º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

Artigo 63.º**(Disposições finais)**

1 — As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se aos alunos que se inscreverem no 1.º ano do ensino básico no ano lectivo de 1987-1988 e para os que o fizerem nos anos lectivos subsequentes.

2 — Lei especial determinará as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.

3 — O Governo deve definir por decreto-lei o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas

do sistema educativo português e os de outros países, bem como as condições em que os alunos do ensino superior podem frequentar em instituições congêneres estrangeiras parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de crédito transferíveis.

4 — Devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo.

Artigo 64.º

(Norma revogatória)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Aprovada em 24 de Julho de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E ALIMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 346/86

de 14 de Outubro

De acordo com o Regulamento CEE n.º 2730/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, a glicose e o xarope de glicose contendo em peso, no estado seco, 99 % ou mais de produto puro deverão ser submetidos ao mesmo regime de importação que a glicose com menor grau de pureza. As razões determinantes deste procedimento são transponíveis para a situação portuguesa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março, para a glicose e o xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, II, da Pauta dos Direitos de Importação é extensível à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da mesma Pauta.

Art. 2.º Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Setembro de 1986.— *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto* — *Fernando Augusto dos Santos Martins*.

Promulgado em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 601/86

de 14 de Outubro

Sob proposta das comissões instaladoras do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e do disposto no

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

Portaria n.º 600/86

de 14 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986, passe a ser o seguinte:

Embaixada de Portugal em Luanda:

- Um chanceler;
- Um secretário de 1.ª classe;
- Dois secretários de 2.ª classe;
- Três escriturários-dactilógrafos;
- Um consultor médico;
- Uma telefonista;
- Dois motoristas;
- Dois porteiros;
- Um zelador;
- Três guardas;
- Um contínuo;
- Um jardineiro;
- Três auxiliares de serviços.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 12 de Setembro de 1986.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.

capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, aprovar o seguinte:

1.º

(Criação)

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da Escola Superior de Educação, confere:

- a) O grau de bacharel em Educação Pré-Escolar;
- b) O diploma do curso de professores do ensino básico nas seguintes variantes:

- I) Português e Francês;
- II) Português e Inglês;
- III) Matemática e Ciências da Natureza;
- IV) Educação Visual;
- V) Educação Musical;
- VI) Trabalhos Manuais;

ministrando, em consequência, os respectivos cursos.

2.º

(Planos de estudos)

Os planos de estudos dos cursos a que se refere o n.º 1.º são os constantes dos anexos I a VII à presente portaria.

3.º

(Início de funcionamento)

Os cursos a que se refere o n.º 1.º iniciarão o seu funcionamento no ano lectivo de 1986-1987.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 15 de Setembro de 1986.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Especificidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Anais Teórico-Práticas
Psicologia do Desenvolvimento	Anual			1
Desenvolvimento Curricular	Anual			2
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem do Português	Anual			3
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Matemática	Anual			3
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Ciências do Meio	Anual			4
Português e Sociedade	Anual			4
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem de Comunicação e Expressão Não Verbal	Anual			6
Prática Pedagógica II	Anual			4

OBSERVAÇÕES: _____

Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Especificidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Anais Teórico-Práticas
Sociologia da Educação	Anual			2
Literatura para a Infância	Anual			2
Seminário de Ciências da Educação	Anual			3
Prática Pedagógica III	Anual			14
Saúde Infantil	Semestral 2			2

OBSERVAÇÕES: _____

Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Especificidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Anais Teórico-Práticas
Psicologia do Desenvolvimento	Anual			1
Filosofia e História da Educação	Anual			1
Português I	Anual			3
Matemática I	Anual			3
Ciências do Meio Físico e Social	Anual			4
Comunicação e Expressões Não Verbais	Anual			1
Prática I	Anual			2
Modelos e Técnicas de Observação	Semestral 1			2
Aquisição e Desenvolvimento de Linguagens	Semestral 2			2
Prática Pedagógica I	Semestral 2			1

OBSERVAÇÕES: (1) A Prática Pedagógica descrevendo na primeira semana dias 28 e 29 semestrais, com interrupção das aulas lectivas, terá nessas duas semanas uma carga horária total de 30 horas.

Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Especificidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Anais Teórico-Práticas
Psicologia do Aprendizado	Anual			2
Desenvolvimento Curricular	Anual			2
Prática II	Anual			2
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem do Português I	Anual			1
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Matemática	Anual			1
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Ciências do Meio Físico e Social	Anual			4
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem de Comunicação e Expressões Não Verbais	Anual			6
Prática Pedagógica II	Anual			4

OBSERVAÇÕES: _____

OBSERVAÇÕES:

ANEXO <u>III</u> QUADRO <u>3</u>	CURSO DE PROFESSORES DO Ensino BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO	VARIAÇÃO DE: Português e Inglês	ANO <u>1</u> e SEMESTRE <u>1</u>			
			Anual ou Semestral	Bacelaridade (em horas)	Total Teóricas	Total Práticas
Sociologia da Educação			Anual			2
Literatura para a Infância			Anual			2
Seminário de Ciências da Educação			Anual			4
Inglês III			Anual			2
Português II			Anual			2
Prática Pedagógica III			Anual		12	
Organização e Gestão Escolar			Semestral 2			2

OBSEVAÇÕES

CONTINUATION

CONTINUATION

ANEXO III QUADRO		CURSO DE PROFESSORES DO Ensino BÁSICO			
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO		VARIANTE DE: Português e Inglês			
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO		ANO 1º		SEGUNDOSEMESTRE	
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Asulas Teóricas	Asulas Práticas	Asulas Teóricas-Práticas	
Psicologia do Desenvolvimento	Anual				3
Pedagogia e História da Educação	Anual				3
Português I	Anual				3
Matemática I	Anual				3
Ciências do Meio Físico e Social	Anual				4
Comunicação e Expressões Não Verbais	Anual				8
Inglês I	Anual				2
Métodos e Técnicas de Observação	Semestral 1				2
Aquisição e Desenvolvimento da Línguas	Semestral 2				2
Prática Pedagógica I	(1)				

OBSERVAÇÕES: (1) A Prática Pedagógica decorrerá na primeira semana dos 2º e 3º semestres, com interrupção das demais actividades.

ANNEO <u>IV</u> QUADRIM <u>...</u> INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO	CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO VARIANTE DE: Matemática + Ciências da Natureza ANO 1. ^o SEMESTRE <u>...</u>	REGULARIDADE (em horas semanais)			
		Assinal ou Semestral	Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Práticas Exercícios
Psicologia do Desenvolvimento	Anual			3	
Filosofia e História da Educação	Anual			3	
Português	Anual			3	
Matemática I	Anual			3	
Ciências do Meio Físico e Social	Anual			4	
Orientação e Resposta à Verdade	Anual			8	
Ciências da Natureza I	Anual			2	
Notícias e Mónicas de Chemoced	Semestral I			2	
Antropologia e Desenvolvimento da Linguagem	Semestral I			2	
Prática Pedagógica I	(1)				

OBSERVAÇÕES: (1) A Próxima Pediatria deve ser realizada entre os 20 e 30 dias subsequentes, com interrupção das drogas anti-inflamatórias.

ANEXO III QUADRO 2		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO			
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO		VARIANTE DE: Português e Inglês			
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO		ANO 2º		SEMESTRE 1º	
Nome da disciplina	Ano/Semestre	Horas semanais	Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teórico-Práticas
Psicologia do Aprendizamento	Anual				2
Desenvolvimento Curricular	Anual				3
Inglês II	Anual				2
Procedimentos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem do Português I	Anual				1
Procedimentos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Matemática	Anual				1
Procedimentos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Ciências do País II - Síntese Social	Anual				4
Procedimentos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Constituição e Regras para o Mão Verde	Anual				4
Prática Pedagógica II	Anual				

2000-10-0

ANEXO IV QUADRO 2		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO VARIANTE DE: Matemática e Ciências da Natureza			
		ANO 2.º		SÉRIE	
Nome da disciplina		Anual ou Semanal		Regularidade (em horas)	Tempo dedicado à disciplina
Psicologia e Educação		Anual			2
Desenvolvimento Curricular		Anual			2
Matemática II		Anual			2
Protagonismo e Técnicas de Ensino/Aprendizagem do Português		Anual			1
Protagonismo e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Matemática I		Anual			1
Protagonismo e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Ciências do Mundo Físico Social		Anual			4
Protagonismo e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Construção e Desenho		Anual			3
Ciências de Natureza II		Anual			2

ANEXO V - QUANHO 2		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO			
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIAMÃO DO CAPÍTULO		VARIAÇÃO DE: Município Visual			
ESCOLA SUPERIOR DA EDUCAÇÃO		ANO 2.º		SÉRIE 2.º	
Nome da disciplina	Anual ou Bimestral	Exigibilidade (em horas semanais)			
		Brincadeira e Jogos	Prática Teórica	Prática Profissional	Prática Prática
Psicopedagogia do Aprendizagem	Anual				2
Desenvolvimento Cognitivo	Anual				2
Município Visual II	Anual				2
Processo e Técnicas de Ensino/Introdução ao Bacharelado	Anual				1
Processo e Técnicas de Ensino/Introdução ao Bacharelado	Anual				1
Processo e Técnicas de Ensino/Introdução aos Ciclos de Estudo Plurais e Sociais	Anual				1
Processo e Técnicas de Ensino/Introdução ao Bacharelado	Anual				1
Prática Pedagógica II	Anual				1
Observações:	<i>[Assinatura]</i>				

ANEXO <u>... 3</u> INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO		CURSO DE PROFESSORES DE Ensino BÁSICO VARIAÇÃO DE: Matemática e Ciências da Natureza ANO <u>... 4</u> - SEMESTRE <u>... 2</u>		
Nome da disciplina	Anual ou semestral	Requisito de que deve ser feita a prova		
		NOTAS Teórica	NOTAS Prática	NOTAS Teórico-Prática
Matemática de Informação	Anual			1
Literatura para a Infância	Anual			2
Ensino de Ciências da Natureza	Anual			3
Matemática III	Anual			4
Ciências da Natureza III	Anual			5
Prática Profissional III	Anual		12	
Organização e Gestão Escolar	Semestral 2			6
Observações:				
<i>[Assinatura]</i>				

ANO V QUARTO		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO		
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO		VARIANTE DE: Educação Visual		
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO		ANO 3º SEMESTRE		
Nome da disciplina	Assinalar se semanal ou semanalmente	Regularidade (em horas semanais)	Até 10 horas Teóricas	Até 10 horas Práticas
Educação do Olho e Cérelo	Anual			2
Literatura para a Infância	Anual			2
Antropologia do Cérelo e Olho	Anual			4
Educação Visual III	Anual			4
EDUCAÇÃO VISUAL IV	Anual		12	
Organização e Domínio Social	Semanal 2			2
OBSERVAÇÕES:				

ANO/ED. _____	CURSO _____	CICLO DE PROFESSORES DO MUNICÍPIO MÁXICO VARIAÇÃO DO Município Vizinho	PERÍODO DE PROFESSORES DO MUNICÍPIO MÁXICO		
			ANO I	ANO II	ANO III
INSTITUTO POLITÉCNICO DO VIZINHO DO CHAVES					
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO					
NOME DA DISCIPLINA	ANUAL	REGULARIZAÇÃO (EM BASE AS MELHORES VERBES)	ANUAL	REGULARIZAÇÃO (EM BASE AS Piores VERBES)	ANUAL
Patologia do Desenvolvimento	Anual				3
Antropologia e Biologia do Homem	Anual				1
Português	Anual				3
Matemática	Anual				1
Ciências da Terra, História e Geografia	Anual				4
Comunicação e Expressão Oral, Escrita	Anual				6
Ensino Moral	Anual				1
Artes e Ciências da Natureza	Biannual				6
Inglês e Línguas Exóticas	Biannual				2
Relações e Expressões Artísticas	Biannual				2
Relações Sociais	(1)				
CONSIDERAÇÕES: A lista indica, individualmente, os professores que atuaram no ano de 2000-2001, com indicação da disciplina ministrada, localização, profissão, área de formação, nome, habilitação, nível de 20 horas.					

ANEXO - II - QUADRO I		CURSO DE PROFESSORES DO MÉTODO BÁSICO		
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VILA REAL DO CASTELO		VARIAÇÃO DE: Educação Nacional		
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO		ANO 1.º	PERÍODO: _____.º	
Nome da disciplina	Ano/semestre	Normalidade (em horas semanais)		
		Máximo Várias Práticas	Mínimo Máximo Práticas	Máximo Máximo Práticas
Psicologia do Desenvolvimento	Anual			3
Psicologia e Biologia da Infância	Anual			2
Português	Anual			3
Nobilios	Anual			1
Ciências da Terra, Física e Química	Anual			4
Comunicação e Expressão da Verdade	Anual			6
Matemática Básica I	Anual			2
Relações e Mecanismos de Comunicação	Bimestral 1			2
Apredizagem e Desenvolvimento de Linguagem	Bimestral 2			2
Práticas Pedagógicas I	(1)			

ANEXO VI QUADRO 2 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Educação Musical ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 2.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Psicologia do Aprendizagem	Anual			2
Desenvolvimento Curricular	Anual			2
Educação Musical II	Anual			2
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem do Português	Anual			1
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem de Português	Anual			1
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Ciências do Mato Pinto e Social	Anual			4
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem de Comunicação e Expressões Não Verbais	Anual			4
Prática Pedagógica II	Anual			4

ANEXO VI QUADRO 1 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Educação Musical ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 2.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Sociologia da Educação	Anual			2
Literatura para a Infância	Anual			2
Ensino dos Ciências da Educação	Anual			4
Educação Musical III	Anual			4
Prática Pedagógica III	Anual		12	
Organização e Gestão Escolar	Semestral 2			2

ANEXO VI QUADRO 4 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Educação Musical ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 4.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Música Musical IV	Anual			4
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem da Música Musical	Anual			4
História da Música	Anual			4
Prática Pedagógica IV	Anual		8	

ANEXO VII QUADRO 1 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Trabalhos Manuais ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 1.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Psicologia do Desenvolvimento	Anual			1
Psicologia e História da Educação	Anual			1
Português	Anual			3
Matemática	Anual			3
Ciências do Mato Pinto e Social	Anual			4
Comunicação e Expressões Não Verbais	Anual			4
Trabalhos Manuais I	Anual			2
Modelo e Materiais de Observação	Semestral 1			2
Aquisição e Desenvolvimento de Linguagens	Semestral 2			2
Prática Pedagógica I	(1)			

OBSERVAÇÕES: (1) A Prática Pedagógica decorreu no primeiro encontro das 2.º e 3.º semanas, com intervenção das famílias para visitas às casas. Todas essas duas reuniões um tempo horário total de 30 horas.

ANEXO VII QUADRO 2 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Trabalhos Manuais ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 2.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Psicologia do Aprendizagem	Anual			2
Desenvolvimento Curricular	Anual			2
Trabalhos Manuais II	Anual			2
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem do Português	Anual			1
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem de Matemática	Anual			1
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Ciências do Mato Pinto e Social	Anual			4
Prática Pedagógica II	Anual			4

ANEXO VII QUADRO 3 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Trabalhos Manuais ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 3.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Sociologia da Educação	Anual			2
Literatura para a Infância	Anual			2
Ensino dos Ciências da Educação	Anual			4
Trabalhos Manuais III	Anual			4
Prática Pedagógica III	Anual		12	
Organização e Gestão Escolar	Semestral 2			2

ANEXO VII QUADRO 4 CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO VARIANTE DE: Trabalhos Manuais ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANO 4.º SEMESTRE ____				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Replicabilidade (em horas semanais)		
		Ativas Teóricas	Ativas Práticas	Ativas Teórico-Práticas
Trabalhos Manuais IV	Anual			12
Processos e Técnicas de Ensino/Aprendizagem das Trabalhos Manuais	Anual			4
Prática Pedagógica IV	Anual			4

Portaria n.º 602/86

de 14 de Outubro

Sob proposta da comissão instaladora da Escola Superior de Educação de Vila Real;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 252/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e do disposto no capi-

tulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Ju-
lho;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, aprovar o seguinte:

10

(Criação)

A Escola Superior de Educação de Vila Real confere:

- a) O grau de bacharel em Educação Pré-Escolar;
 - b) O grau de bacharel em Ensino Primário,

ministrando, em consequência, os respectivos cursos.

2º

(Planes de estudios)

Os planos de estudos dos cursos a que se refere o n.º 1.º são os constantes dos anexos I e II à presente portaria.

30

(Início de funcionamento)

Os cursos a que se refere o n.º 1.º iniciarão o seu funcionamento no ano lectivo de 1986-1987.

Ministério da Educação e Cultura

Assinada em 15 de Setembro de 1986

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO I QUANDO		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA			
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL		GRADO: BACHAREL		ANO	MES/ANO
Nome de disciplina	Anual ou Semestral	Experiência em horas semanais	Práticas Teóricas	Práticas Práticas	Práticas Práticas
Ensino Alimentação da Infância	Semestral				3
Pedagogia do desenvolvimento I	Semestral				3
Pedagogia da Infância	Semestral				3
Ciências do meio Físico e Social I	Semestral				3
Iniciação à Computação e Expressão Multimédia	Semestral				4
Orçamento	Semestral				4
Pedagogia Pedagógica I (Diferenças de Trabalho-Ensino)	Semestral				3
COMENTÁRIOS: (1) N.º 10.000 da Secretaria n.º 333/98, de 2 de Julho.					

<u>ANEXO I - QUADRO 4</u>		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA		
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL		GRAU: BACHAREL	ANO: 2º	SEMESTRE: 2º
Nome da disciplina		ANUAL ou SEMANTEL	ESPECIALIDADE (em NOTAS PESSOAIS)	
		Práticas Teóricas	Práticas Práticas	
Filosofia da Educação	Semanstral			3
Psicologia Educacional	Semanstral			3
Jácome PTTORNO III (Introdução à Linguagem)	Semanstral			3
Culturas do Mato Pintado e Social IV	Semanstral			4
Português	Semanstral			4
Comunicação e Expressão Multimédia V (Cognição, Música e Bilingüismo)	Semanstral			3
Prática Profissional VI (Atividade-Prática)	Semanstral			3
 DAMONICAES:				

<u>ANEXO I - Quadro 3</u>		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA				
		ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL		GRAD: BACHAREL	ANO 3º	SEMESTRE 1º
Nome da disciplina		Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)			
			Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Ativ. Práticas	Ativ. Teórico-Práticas
Orientação e Administração Educativas		Semestral				3
Didáctica no Prez		Semestral				3
Literatura Infantil		Semestral				3
Metodologias do Ensino/Aprendizagem		Semestral				4
(Comunicação e Expressão (Edu-Verbal) IV (Corporal, Musical e Plástica))		Semestral				5
Opção (1)		Semestral				3
Pedagogia Pedagógica V (Composição nas Actividades Educativas)		Semestral				4
Observações:	(1) n.o 30.e de Portaria n.o 352/95, de 8 de Julho					

ANEXO I - QUADRO 2		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA			
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL		GRAU: BACHAREL		ANO 1º E SEMESTRE 1º	
Nome da disciplina		Anual ou Semestral	Especialidade (em horas)	Aulas Teóricas	Aulas Práticas
História do Ensino		Semestral			2
Psicologia do Desenvolvimento II		Semestral			3
Língua Portuguesa I		Semestral			3
Introdução I		Semestral			4
Ciências do Meio Físico e Social II		Semestral			4
Desenvolvimento e Expressão Mico-Ativação I (Desenrolho Musical e Mímica)		Semestral			4
Política Pedagógica II (Desenv. da Situação Educacional)		Semestral			3
OBSERVAÇÕES: _____					

ANEXO II QUADRO I		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO		
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DA VILA REAL		GRAU: BACHAREL	ANO 1.º	SEMESTRE 1.º
Name da disciplina	Anolet ou Semestral	Horas Teóricas	Aulas Práticas	Horas Teórico-Práticas
Antropologia da Educação	Anoletal			3
Psicologia do Desenvolvimento I	Anoletal			3
Sociologia da Educação	Anoletal			3
Ciências do meio Físico e Social I	Anoletal			6
Introdução à Comunicação e ao Mídia Multimédia	Anoletal			4
Opção (1)	Anoletal			4
educação Profissional e Orientação Profissional	Anoletal			3

OBSERVAÇÃO: (1) no 10º da Portaria nº 352/84, de 8 de Julho

ANEXO II - QUALIF. 4		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO			
ESCOLA SUPERIOR DE PUGICAÇÃO DE VILA REAL		GRADUACAO BACHAREL		ANO 2.º	
PERÍODO ACADÉMICO 2000/2001		SEMESTRE 2.º		PERÍODO ACADÉMICO 2001/2002	
Nome da disciplina	Ano ou Semestral	Horas Teóricas	Horas Práticas	Horas Teórico-Práticas	Horas Práticas
Filosofia da Educação	Semestral				3
Tecnologia Educativa	Semestral				3
Língua Portuguesa III (Aquisição de Linguagem)	Semestral				3
Matemática III	Semestral				3
Ciências do Mundo Físico e Social IV	Semestral				4
Comunicação e Expressão Não-Verbal III (Corporal, Musical e Plástica)	Semestral				4
Opcional (II)	Semestral				3
Prática Pedagógica IV (Público-Pessoal)	Semestral				3

OBSEVAÇÕES: (1) Nº 109 da Portaria nº 352/86, de 8 de Julho

ANEXO II - QUADRO 2		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO			
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL		URAU: BACHAREL		ANO I e	MENSALMENTE 2.º
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Especificidade (em horas semanais)			
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Atividades Práticas	
História da Educação	Semestral				2
Pedagogia do Desenvolvimento II	Semestral				3
Língua Portuguesa I	Semestral				3
Matemática I	Semestral				4
Ciências do Meio Natural e Social II	Semestral				4
Comunicação e Expressão Multimédia I (Computador, Musical e Plástica)	Semestral				6
Prática profissional II (aulas de campo/plástica)	Semestral				3
OBSERVAÇÕES:					

OBRAVACOM

ANEXO II QUADRO 5		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO		
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL	CRAU BACHAREL	ANO 3º	SINALIZANTE	1º
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Excederão às 60 horas normais		
Orientação e Administração Educativas	Semestral	Aulas Teóricas		3
Informática no Ensino	Semestral	Aulas Práticas		3
Literatura Infantil e Juvenil	Semestral			1
Microbiologia do Solo/Geobiologia	Semestral			4
Orientação e Prevenção Higi-Permane IV (Tropical, Mental e Plástica)	Semestral			4
Opção (1)	Semestral			2
Práticas Pedagógicas V (Desenvolvimento nas Actividades Educativas)	Semestral			4

OBSERVAÇÕES: (1) MP 109 da Secretaria nº 352/86, de 9 de Julho.

ANEXO II QUADRO 3		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO		
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VILA REAL		URAU: BACHAREL	ANO 2º	SEMESTRE 1º*
Nome da disciplina		Ano(s) ou Semestral	Especificidade (em Horas Lectivas)	Horas Lectivas / Práticas
Pedagogia de Aprendizagem		Semestral		3
Teoria do Currículo e Desenvolvimento Curricular		Semestral		3
Língua Portuguesa II		Semestral		3
Matemática II		Semestral		4
Ciências do Meio Físico e Social III		Semestral		4
Comunicação e Expressão não-Verbal II (Körper), Musical e Filosófica		Semestral		4
Crítica (I)		Semestral		3
Prática Pedagógica I (Observação das Actividades Educativas)		Semestral		3
OBSERVAÇÕES : (1) NO LOI da Portaria nº 351/84, de 8 de Julho				

OBSERVAÇÕES: (1) no 10º da Portaria nº 332/96, da 8 de Julho

10.º Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Declaração

De harmonia com o disposto na parte final do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos dos n.º 2 e 3 do artigo 5.º do mesmo diploma e do n.º 4 do artigo único do Decreto-Lei n.º 330/85, de 12 de Agosto:

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea						
03	01	09		31.00	A	Departamento de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia					
				3.02.0	31.00	Aquisição de serviços — Não especificados:	-	500	(b)		
				3.02.0	31.00	Outras despesas	500	-	(b)		
						Prestações de serviços em regime de tarefa ou outro					
		15		31.00	B	Museu, Laboratório e Jardim Botânico					
				3.02.0	03.00	Horas extraordinárias	150	-	(b)		
				3.02.0	15.00	Abonos diversos — Compensação de encargos	450	-	(b)		
				31.00		Aquisição de serviços — Não especificados:					
		16		3.02.0	31.00	A	Outras despesas	-	100	(b)	
				3.02.0	31.00		Prestações de serviços em regime de tarefa ou outro	100	-	(b)	
						Museu e Laboratório Antropológico					
		02		31.00	A	Aquisição de serviços — Não especificados:					
				3.02.0	31.00	B	Outras despesas	-	575	(b)	
				3.02.0	31.00		Prestações de serviços em regime de tarefa ou outro	575	-	(b)	
02	02	01		31.00	A	Universidade de Lisboa					
						Reitoria e serviços centrais					
				3.01.0	31.00	Aquisição de serviços — Não especificados:					
				3.01.0	52.00	Outras despesas	-	6 000	(a)		
		03		31.00	B	Investimentos — Maquinaria e equipamento	-	2 500	(a)		
						Faculdade de Letras					
				3.02.0	31.00	Aquisição de serviços — Não especificados:					
						Outras despesas	1 500	-	(a)		
		06		31.00	B	Faculdade de Medicina					
				3.02.0	01.00	Remunerações certas e permanentes:					
				3.02.0	01.42	Remunerações de pessoal diverso	1 700	-	(a)		
						Aquisição de serviços — Não especificados:					
		20		3.02.0	31.00	A	Outras despesas	1 800	-	(a)	
				3.02.0	52.00		Investimentos — Maquinaria e equipamento	2 500	-	(a)	
						Instituto Geofísico do Infante D. Luís					
03	03	16		31.00	B	Aquisição de serviços — Não especificados:					
				3.02.0	31.00	Outras despesas	1 000	-	(a)		
						Universidade do Porto					
		16		31.00	A	Faculdade de Economia					
				3.02.0	21.00	Bens duradouros — Outros	-	300	(a)		
				3.02.0	23.00	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes	-	600	(a)		
				3.02.0	26.00	Bens não duradouros — Consumos de secretaria	900	-	(a)		
				3.02.0	27.00	Bens não duradouros — Outros	300	-	(a)		
				3.02.0	28.00	Aquisição de serviços — Encargos das instalações	-	1 300	(a)		

Classificação						Em contos		Referência à autorização ministerial	
Orgânica			Económica		Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações		
Capítulo	Divisão	Subdivisão	Funcional	Código	Alínea				
03	03	17	B	31.00		Aquisição de serviços — Não especificados:			
				3.02.0	31.00	Outras despesas	-	900	(a)
				3.02.0	52.00	Investimentos — Maquinaria e equipamento	1 900	-	(a)
				3.02.0	23.00	Instituto Superior de Educação Física do Porto			
				3.02.0	27.00	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes	-	384	(a)
				3.02.0	28.00	Bens não duradouros — Outros	384	-	(a)
				3.02.0	30.00	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação			
				3.02.0		Aquisição de serviços — Encargos das instalações	-	200	(a)
				3.02.0		Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	200	-	(a)
						Universidade Nova de Lisboa			
05	03	15	01	01.00		Faculdade de Ciências Sociais e Humanas			
				3.02.0	01.02	Remunerações certas e permanentes:			
				3.02.0	01.04	Pessoal dos quadros aprovados por lei	-	20 000	(a)
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	20 000	-	(a)
						Instituto Politécnico de Lisboa			
						Serviços centrais			
						Remunerações certas e permanentes:			
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	-	5 521	(a)
						Prestações directas — Previdência Social:			
						Abono de família	-	5	(a)
04	02	02	01	10.00		Aquisição de serviços — Locação de bens ...	-	310	(a)
				3.01.0	10.01	Escola Superior de Dança			
						Remunerações certas e permanentes:			
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros			
						2 882	-		(a)
						Subsfídios de férias e de Natal	626	-	(a)
						Diuturnidades	110	-	(a)
						Horas extraordinárias	-	12	(a)
						Alimentação e alojamento	223	-	(a)
						Prestações directas — Previdência Social:			
04	02	02	01	10.00		Abono de família	12	-	(a)
				3.02.0	01.00	Escola Superior de Música			
						Remunerações certas e permanentes:			
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros			
						1 104	-		(a)
						Pessoal fora de serviço aguardando apresentação			
						549	-		(a)
						Subsfídios de férias e de Natal	178	-	(a)
						Diuturnidades	72	-	(a)
						Alimentação e alojamento	87	-	(a)
				3.02.0	04.00	Prestações directas — Previdência Social:			
				3.02.0	10.00	Abono de família	5	-	(a)

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea						
03	19	01				Instituto Politécnico de Setúbal					
				01.00		Serviços centrais					
			3.01.0	01.02		Remunerações certas e permanentes:					
			3.01.0	01.04		Pessoal dos quadros aprovados por lei	-	3 266	(a)		
			3.01.0	01.42		Pessoal contratado não pertencente aos quadros	3 000	-	(a)		
			3.01.0	01.47		Remunerações de pessoal diverso	155	-	(a)		
			3.01.0	03.00		Diuturnidades	111	-	(a)		
			3.01.0	10.00		Horas extraordinárias	-	100	(a)		
			3.01.0	10.01		Prestações directas — Previdência Social:					
			3.01.0	10.03		Abono de família	20	-	(a)		
			3.01.0	14.00		Outras prestações directas	-	80	(a)		
			3.01.0	15.00		Deslocações — Compensação de encargos ...	100	-	(a)		
			3.01.0	30.00		Abonos diversos — Compensação de encargos	-	100	(a)		
			3.01.0	31.00		Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	60	-	(a)		
			3.01.0	31.00	A	Aquisição de serviços — Não especificados:					
						Outras despesas	100	-	(a)		
	31			38.00		Serviços autónomos					
			3.02.0	38.03	5	Transferências — Sector público:					
			3.02.0	38.03	5	Serviços autónomos:					
						Universidade do Algarve	4 000	-	(a)		
	32			44.00		Dotações comuns					
				44.09		Outras despesas correntes:					
			3.02.0	44.09	A	Diversas:					
			3.02.0	44.09	A	Novas acções no âmbito do ensino superior	-	4 000	(a)		
						Novas acções no âmbito do ensino superior	-	600	(b)		
						Total do capítulo 03	47 853	47 853			
04	01	06		38.00		Cultura					
			38.02			Gabinete do Secretário de Estado					
			7.01.0	38.02	1	Fundos autónomos					
			7.01.0	38.02	2	Transferências — Sector público:					
						Fundos autónomos:					
						Fundo de Fomento Cultural — Dotação normal	91 575	-	(a)		
						Fundo de Fomento Cultural — Dotação não sujeita ao regime duodecimal	19 917	-	(a)		
	06	02		38.00		Direcção-Geral da Ação Cultural					
			38.03			Fundos autónomos					
			7.01.0	38.03	1	Transferências — Sector público:					
			7.01.0	38.03	2	Serviços autónomos:					
						Fundo de Teatro — Dotação normal	-	91 575	(a)		
						Fundo de Teatro — Dotação não sujeita ao regime duodecimal	-	19 917	(a)		

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Ajustações	
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alinea				
04	10	07	A	01.00	7.01.0	Arquivos e bibliotecas			
						Arquivo Distrital do Porto			
						Remunerações certas e permanentes:			
						Pessoal em qualquer outra situação	-	254	(c)
						Subsídios de férias e de Natal	-	96	(c)
						Diuturnidades	254	-	(c)
						Alimentação e alojamento	96	-	(c)
						Vestuário e artigos pessoais — Compensação de encargos	21	-	(c)
						Deslocações — Compensação de encargos ...	50	-	(c)
						Aquisição de serviços — Locação de bens ...	-	71	(c)
	10					Arquivo Distrital de Viana do Castelo			
		10	A	01.00	7.01.0	Remunerações certas e permanentes:			
						Pessoal dos quadros aprovados por lei	-	350	(c)
						Diuturnidades	-	50	(c)
						Horas extraordinárias	-	15	(c)
						Prestações directas — Previdência Social:			
						Outras prestações directas	-	15	(c)
						Bens não duradouros — Consumos de secretaria	50	-	(c)
						Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	30	-	(c)
						Aquisição de serviços — Não especificados:			
						Outras despesas	20	-	(c)
	11	11	A	31.00	7.01.0	Investimentos — Maquinaria e equipamento	330	-	(c)
						Museus			
						Museu de Francisco Tavares Proença Júnior			
						Remunerações certas e permanentes:			
						Remunerações de pessoal diverso:			
						Pessoal de limpeza (tempo parcial)	100	-	(a)
						Vestuário e artigos pessoais — Compensação de encargos	-	100	(a)
	12	07	A	31.00	7.01.0	Outros serviços			
						Panteão Nacional			
						Remunerações certas e permanentes:			
						Pessoal dos quadros aprovados por lei	-	568	(c)
						Diuturnidades	176	-	(c)
						Abonos diversos — Numerário	4	-	(c)
						Aquisição de serviços — Encargos das instalações	100	-	(c)
						Aquisição de serviços — Não especificados:			
						Outras despesas	288	-	(c)
						Palácio Nacional de Ajuda			
	08	08	A	44.00	7.01.0	Bens não duradouros — Consumos de secretaria			
						Outras despesas correntes:	40	-	(a)
						Seguros de material	-	40	(a)

Classificação						Em contos		Referência à autorização ministerial	
Orgânica			Funcional	Económica		Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações	
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea				
04	12	15				Serviço Regional de Arqueologia do Sul			(c)
				01.00		Remunerações certas e permanentes:			
			7.01.0	01.02		Pessoal dos quadros aprovados por lei	- 144	233	
			7.01.0	01.42		Remunerações de pessoal diverso	-	-	
				10.00		Prestações directas — Previdência Social:			
			7.01.0	10.01		Abono de família	14	-	
			7.01.0	11.00		Contribuições para instituições — Previdência Social	75	-	
				44.00		Outras despesas correntes:			
			7.01.0	44.04		Seguros de material	24	-	
			7.01.0	44.09		Diversas	-	24	
						Total do capítulo 04	113 308	113 308	
						Total das transferências	221 551	221 551	

(a) Despacho ministerial de 3 de Setembro de 1986.

(b) Despacho ministerial de 11 de Agosto de 1986. Acordo de 26 de Agosto de 1986.

(c) Despacho ministerial de 13 de Agosto de 1986. Acordo de 29 de Agosto de 1986.

10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 15 de Setembro de 1986. — O Director, Francisco Clemente.

Declaração

De harmonia com o disposto na parte final do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do mesmo diploma e do n.º 4 do artigo único do Decreto-Lei n.º 330/85, de 12 de Agosto:

Classificação						Em contos		Referência à autorização ministerial	
Orgânica			Funcional	Económica		Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações	
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea				
01	01					Gabinete e serviços centrais			(a)
	01					Gabinete do Ministro			
	01		3.01.0	15.00		Gabinete			
	02		3.01.0	23.00		Abonos diversos — Compensação de encargos	100	-	
	02		3.01.0	28.00		Direcção de Serviços de Finanças			
	03					Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes	-	40	
	03					Aquisição de serviços — Encargos das instalações	-	60	
						Serviços autónomos			
						Transferências — Sector público:			
						Serviços autónomos:			
						Estádio Nacional	-	4 000	

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea						
01	01	03	7.01.0	54.00		Transferências — Sector público:					
				54.03		Serviços autónomos: Estádio Nacional	4 000	-	(e)		
	02	03		54.03	3	Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior					
				38.00		Serviços autónomos					
	06	01		38.03		Transferências — Sector público:					
				38.03	1	Serviços autónomos: Instituto Nacional de Investigação Científica	200 00	-	(b)		
	09	01		54.00		Transferências — Sector público:					
				54.03		Serviços autónomos: Instituto Nacional de Investigação Científica	-	2 000	(b)		
	02	01		54.03	1	Inspecção-Geral de Ensino					
				14.00		Serviços próprios					
				3.01.0		Deslocações — Compensação de encargos ...	-				
				47.00		Investimentos — Edifícios	2 300	-	(a)		
				09.00		Direcção-Geral de Pessoal					
				28.00		Serviços próprios					
				3.01.0		Abonos diversos — Espécie	60	-	(a)		
				3.01.0		Aquisição de serviços — Encargos das instalações	-	60	(a)		
						Total do capítulo 01 ...	206 460	206 460			
03	01	15	B	Estabelecimentos de ensino básico e secundário e escolas do magistério primário e normais de educadores de infância.							
				14.00		Direcções escolares, escolas primárias e jardins-de-infância					
				3.02.0		Deslocações — Compensação de encargos ...	-				
				21.00		Bens duradouros — Outros	50	-	(c)		
				44.00		Outras despesas correntes:					
				44.09		Diversas:					
				3.02.0	44.09	Outras despesas	-	400	(c)		
				52.00		Investimentos — Maquinaria e equipamento	3 500	-			
						Total do capítulo 02 ...	3 550	3 550			
				Estabelecimentos de ensino superior e estabelecimentos diversos							
				Universidade de Coimbra							
				Museu, Laboratório e Jardim Botânico							
				Remunerações certas e permanentes:							
				01.00		Remunerações de pessoal diverso	-	600	(d)		
				3.02.0	01.42						

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea						
03	02	01	A	31.00	A	Universidade de Lisboa		(e)			
						Rectoria e serviços centrais					
						Aquisição de serviços — Não especificados:	—	1 640			
						Outras despesas					
						Departamento de Física da Faculdade de Ciências		(a)			
						Deslocações — Compensação de encargos ...	—	800			
						Bens duradouros — Outros	—	180			
						Bens não duradouros — Consumos de secretaria	900	—			
						Bens não duradouros — Outros	—	500			
						Aquisição de serviços — Encargos das instalações	—	220			
						Aquisição de serviços — Não especificados:	800	—			
						Outras despesas	—	—			
						Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico		(e)			
						Bens duradouros — Outros	—	2 600			
						Bens não duradouros — Consumos de secretaria	100	—			
						Aquisição de serviços — Não especificados:	700	—			
			B			Outras despesas	—	—	(e)		
						Investimentos — Maquinaria e equipamento	1 800	—			
			25			Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação		(e)			
						Aquisição de serviços — Locação de bens ...	2 540	—			
						Investimentos — Maquinaria e equipamento	—	900	(e)		
04	02	01	A	31.00	A	Universidade Técnica de Lisboa		(e)			
						Instituto Superior Técnico					
						Investimentos — Edifícios	10 500	—			
05	01	01	A	31.00	A	Universidade Nova de Lisboa		(a)			
						Rectoria e serviços centrais					
						Remunerações certas e permanentes:	—	69 346			
						Pessoal dos quadros aprovados por lei					
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	3 750	—			
						Pessoal em qualquer outra situação:	—	90			
						Pessoal requisitado					
						Gratificações certas e permanentes	81	—			
						Representação certa e permanente	—	48			
						Subsídios de férias e de Natal	1 150	—			
						Diuturnidades	530	—			
						Alimentação e alojamento	—	250			
						Prestações directas — Previdência Social:	—	—			
						Abono de família					
						Outras prestações directas	—	50			
						Bens duradouros — Outros	—	400	(f)		
						Bens não duradouros — Matérias-primas e subsidiárias					
						Bens não duradouros — Consumos de secretaria	—	100			
						Aquisição de serviços — Locação de bens ...	367	—	(f)		
						—	133	—			

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alínea						
03	05	02	A	01.00	B	Faculdade de Ciências e Tecnologia					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Pessoal dos quadros aprovados por lei	5 472	—	(a)		
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	18 988	—	(a)		
						Faculdade de Ciências Sociais e Humanas					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	17 088	—	(a)		
						Aquisição de serviços — Não especificados:					
						Outras despesas	—	2 000	(f)		
						Prestações de serviço em regime de tarefa ou outro	2 000	—	(f)		
						Faculdade de Economia					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Pessoal dos quadros aprovados por lei	1 205	—	(a)		
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	6 940	—	(a)		
						Faculdade de Ciências Médicas					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Pessoal dos quadros aprovados por lei	2 118	—	(a)		
						Pessoal contratado não pertencente aos quadros	12 532	—	(a)		
						Aquisição de serviços — Não especificados:					
						Prestações de serviço em regime de tarefa ou outro	—	2 019	(a)		
						Outras despesas	2 019	—	(a)		
						Escola Superior de Educação de Beja					
						Investimentos — Edifícios	12 000	—	(e)		
						Instituto Politécnico de Bragança					
						Serviços centrais					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Gratificações certas e permanentes	54	—	(a)		
						Investimentos — Terrenos	1 750	—	(e)		
						Escola Superior Agrária					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Gratificações certas e permanentes	—	6	(a)		
						Escola Superior de Educação					
						Remunerações certas e permanentes:					
						Gratificações certas e permanentes	—	48	(a)		
						Instituto Politécnico de Lisboa					
						Escola Superior de Educação					
						Horas extraordinárias	—	30	(d)		
						Aquisição de serviços — Locação de bens ...	—	30	(d)		

Classificação					Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial			
Orgânica		Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações				
Capítulo	Divisão	Subdivisão	Código	Alínea							
03	17				Escola Superior de Educação do Porto						
					Remunerações certas e permanentes:						
					Pessoal contratado não pertencente aos quadros	7 405	-	(e)			
					Subsídios de férias e de Natal	1 958	-	(e)			
					Diuturnidades	425	-	(e)			
	21				Alimentação e alojamento	407	-	(e)			
					Prestações directas — Previdência Social:						
					Abono de família	32	-	(e)			
					Escola Superior de Educação de Vila Real						
					Investimentos — Maquinaria e equipamento	2 500	-	(e)			
23	23				Escola Superior de Música do Porto						
					Remunerações certas e permanentes:						
					Pessoal contratado não pertencente aos quadros	-	3 000	(e)			
					Subsídios de férias e de Natal	-	300	(e)			
					Diuturnidades	-	200	(e)			
	24				Alimentação e alojamento	-					
					Instituto Gregoriano de Lisboa						
					Investimentos — Maquinaria e equipamento	300	-	(e)			
					Outros estabelecimentos de ensino superior						
					Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa						
28	04				Remunerações certas e permanentes:						
					Pessoal contratado não pertencente aos quadros	6 662	-	(d)			
					Subsídios de férias e de Natal	1 585	-	(d)			
					Diuturnidades	1 059	-	(d)			
					Gratificações	-	9 306	(d)			
	01				Estabelecimentos de ensino artístico						
					Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa						
					Remunerações certas e permanentes:						
					Pessoal dos quadros aprovados por lei	-	4 753	(d)			
					Pessoal contratado não pertencente aos quadros	4 753	-	(d)			
29	04				Gratificações	-	50	(d)			
					Alimentação e alojamento	300	-	(d)			
					Prestações directas — Previdência Social:						
					Abono de família	72	-	(d)			
					Outras prestações directas	-	22	(d)			
					Deslocações — Compensação de encargos ...	-	300	(d)			
					Conservatório de Música do Porto						
					Remunerações certas e permanentes:						
					Pessoal dos quadros aprovados por lei	2 987	-	(d)			
					Remunerações de pessoal diverso	110	-	(d)			

Classificação						Rubricas	Em contos		Referência à autorização ministerial		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações			
Capítulo	Divisão	Subdivisão		Código	Alinea						
03	29	04	3.02.0	04.00 10.00		Alimentação e alojamento Prestações directas — Previdência Social: Abono de família	494	-	(d)		
			3.02.0	10.01			51	-	(d)		
	30	01		31.00		Estabelecimentos diversos					
			8.04.0	31.00	A	Instituto de Hidrologia					
			8.04.0	31.00	B	Aquisição de serviços — Não especificados: Prestações de serviço em regime de tarefa ou outro	129	-	(f)		
						Outras despesas	-	129	(f)		
	31			54.00		Serviços autónomos					
				54.03		Transferências — Sector público:					
			3.02.0	54.03	1	Serviços autónomos: Universidade de Évora	10 000	-	(e)		
	32			44.00		Dotações comuns					
				44.09		Outras despesas correntes:					
			3.02.0	44.09	A	Diversas: Novas acções no âmbito do ensino superior	-	6 727	(e)		
			3.02.0	44.09	A	Novas acções no âmbito do ensino superior	-	4 739	(d)		
				71.00		Outras despesas de capital:					
				71.09		Diversas: Novas acções no âmbito do ensino superior	-	37 050	(e)		
			3.02.0	71.09	A			148 403	148 403		
						Total do capítulo 03 ...					
50	89										
						Investimentos do Plano					
						Acções preparatórias do PIDR					
						Ria Formosa					
		08				Projecto multidisciplinar de sensibilização para o ensino básico — Direcção-Geral do Ensino Básico					
			3.01.0	26.00		Bens não duradouros — Consumos de secretaria	100	-	(g)		
			3.01.0	27.00		Bens não duradouros — Outros	100	-	(g)		
			3.01.0	30.00		Aquisição de serviços — Transportes e comunicações	400	-	(g)		
			3.01.0	31.00		Aquisição de serviços — Não especificados	-	400	(g)		
			3.01.0	52.00		Investimentos — Maquinaria e equipamento	-	200	(g)		
						Total do capítulo 50 ...	600	600			
						Total das transferências	359 013	359 013			

(a) Despacho ministerial de 13 de Agosto de 1986.

(b) Despacho ministerial de 28 de Julho de 1986. Acordo de 18 de Agosto de 1986.

(c) Despacho ministerial de 22 de Agosto de 1986.

(d) Despacho ministerial de 11 de Agosto de 1986.

(e) Despacho ministerial de 5 de Agosto de 1986.

(f) Despacho ministerial de 11 de Agosto de 1986. Acordo de 25 de Agosto de 1986.

(g) Despacho ministerial de 28 de Julho de 1986. Acordo de 6 de Agosto de 1986.

10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 11 de Setembro de 1986. — O Director, Francisco Clemente.